



Jornal FNE Edição 39 – Ago/05

Trabalhador na mira

Nesta edição, Engenheiro aborda diversas ações que têm o trabalhador como alvo. Em primeiro lugar, a perigosa proposta do deputado Delfim Netto para que o Governo estabeleça a meta de déficit nominal zero como solução para baixar a taxa de juros. Levada a cabo, tal idéia significaria arrocho ainda maior nas despesas do Governo, cortes drásticos nos gastos sociais e dobrar a desvinculação orçamentária, hoje em 20%. Como alertam os economistas Marcio Pochmann e Carlos Eduardo Carvalho, além do deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG), trata-se de fórmula cruel, que atingirá em cheio os mais pobres, que dependem da Previdência e do SUS para sobreviver.

Outro alerta é feito pela juíza Mara Loguercio. Mesmo sem se concretizar a tão falada reforma trabalhista, muitos direitos já foram pelo ralo da chamada modernização das relações do trabalho. Desde 1995, as garantias vêm sendo reduzidas e a magistrada adverte para o ponto fundamental: é preciso lutar contra o estabelecimento do negociado sobre o legislado. Enquanto isso, o articulista Antonio Augusto de Queiroz analisa as pretensões do novo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, de retomar o debate sobre a mudança da legislação sindical, que também traz grandes prejuízos aos empregados.

As boas notícias ficam por conta de reportagem sobre mercado de trabalho para a categoria, que aponta oportunidades em automação em várias partes do País e em diversos setores da economia. Também alvissareira é a criação de prêmio de incentivo à produção científica no Maranhão, num esforço para incrementar a pesquisa no Estado.

Ainda, encontro regional do Centro-Oeste e o que acontece nos estados. Bom proveito.

CAPA

Auxílio ao seu desenvolvimento e à efetivação de ações em prol dos associados é o que pleiteiam à federação os Senges da região. As reivindicações foram apresentadas durante a I Reunião da Região Centro-Oeste, que aconteceu nos dias 7 e 8 de julho, na sede do Senge-MT, em Cuiabá, capital do Mato Grosso. Realizada pela FNE, teve a participação de diretores dos sindicatos local, de Goiás e Distrito Federal, além do presidente em exercício do Crea-MT e candidato ao comando do Conselho, Jair José Durigon. A federação esteve representada por Murilo Celso de Campos Pinheiro (presidente), Flávio Brízida (diretor operacional) e José de Mauro Filho (diretor regional Centro-Oeste). Ainda no ensejo, os presidentes dos Senges elogiaram o amplo processo de discussão que caracterizou a Assembléia Geral Extraordinária realizada nos dias 2 e 3 de junho último, em Brasília, a qual tratou das eleições Confea/Creas. E se comprometeram a apoiar o candidato ao Confea que a federação indicar. Durigon aproveitou a oportunidade para salientar que é fundamental aproximar os Creas dos sindicatos dos engenheiros em cada Estado, realizando-se projetos conjuntos.

Base de apoio

Murilo Campos destacou a importância de se transformar a FNE numa peça de apoio aos sindicatos e a ela filiados. Os diretores dos Senges da região, Emanuel Jesus Daubian Costa (MT), Ronildo Divino de Menezes (DF) e Eduardo James de Moraes (GO), relataram que suas entidades vêm enfraquecendo por conta do processo de privatização que tem reduzido o quadro de celetistas e contam com a federação para reverter esse quadro. José de Mauro elencou as seguintes reivindicações à organização nacional: financiamento de projetos para os sindicatos e ajuda do gênero também na parte estrutural (por exemplo, na reforma de sedes), planos de saúde e previdenciário, realização de cursos e seminários. Brízida apresentou as pretensões da FNE quanto a benefícios. E o presidente da federação reafirmou o compromisso dessa entidade de auxiliar seus representados. No contexto, para Luiz Benedito de Lima Neto, presidente do Senge-MT, a atual gestão da FNE tem surpreendido positivamente.

O segundo dia de atividades foi marcado pela comemoração dos 20 anos do Senge-MT, com a realização de jantar dançante a 200 convidados. Na oportunidade, foi homenageado Daubian, diretor do sindicato desde a primeira gestão, hoje também secretário do Conselho Deliberativo da FNE, além de Sátyro Pohl Castilho, primeiro presidente da entidade. E foram assinados acordos coletivos de trabalho pioneiros com o Sinduscon-MT e Famato (Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso).

OPINIÃO

O novo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, assume o cargo com múltiplos desafios, entre eles o de viabilizar a votação da reforma sindical no Congresso. Esse tema, entre suas prioridades, será o de mais difícil viabilização, especialmente porque requer mudanças no texto constitucional, o que exige quórum qualificado de 3/5 dos votos dos deputados e senadores, em dois turnos de votação.

Assim, a reforma dificilmente terá desdobramentos significativos enquanto perdurar a crise. No Congresso, o clima não é nada receptivo ao debate dessa matéria. Lá, como que se consolidou um ambiente hostil ao tema, com pelo menos cinco partidos (PMDB, PSB, PCdoB, PPS e PDT) com questão fechada contra a matéria. Por mais que o ministro goze de boa reputação entre os parlamentares e esteja disposto a promover modificações no texto da PEC 369, dificilmente sua missão terá êxito.

O máximo possível, nesse ambiente, seria o debate na esfera infra-constitucional. Nesse nível, existem apenas duas matérias com possibilidade de votação: o projeto que cuida do custeio das entidades, que substitui todas as contribuições atuais pela contribuição negocial e o projeto de decreto legislativo que trata da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Sobre essas, igualmente, não existe acordo. O projeto das contribuições depende de votação nas duas casas e o da Convenção 87, cujo texto conflita com a Constituição Federal, está pendente de votação apenas no Senado.

Antonio Augusto de Queiroz é diretor do Diap

(Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)

A Capital não é a causa das mazelas nacionais

Fátima Có

Tornou-se hábito, no Brasil, condenar a janela pela visão desagradável da paisagem. A imprensa é acusada de só veicular notícias ruins. A televisão, de propagar cenas de violência e ódio. As críticas podem, muitas vezes, até ser procedentes. Mas não esgotamos problemas em cada área. Os jornais, revistas e emissoras de televisão retratam a realidade de um mundo em permanente conflito.

Toda essa digressão diz respeito, muito de perto, ao tema da questão acima. Muitos brasileiros têm uma visão estereotipada de Brasília, como se a cidade fosse responsável por todas as mazelas que vêm maculando a vida política e econômica brasileira nas últimas décadas.

Nada mais injusto e irracional. A Capital é apenas o cenário onde se movimentam atores políticos e agentes públicos, cuja personalidade e caráter não são moldados pela vida no Planalto Central. Estivessem esses atores no pampa gaúcho, no agreste nordestino, no

pantanal mato-grossense ou na floresta amazônica, seriam os problemas diversos? Evidentemente, não. A política e a administração pública não são melhores ou piores de acordo com a localização geográfica onde são exercitadas. Sua essência decorre de fatores complexos, que emergem de uma trama de relações sociais, econômicas, políticas, culturais, de forças que se cruzam e se confrontam numa interação tanto mais intrincada quanto mais se moderniza o Brasil.

O preconceito contra Brasília tem origem na recusa do País em reconhecer sua própria cara. Os brasileiros que condenam a Capital não querem perceber que ela é o espelho em que se reflete a real fisionomia, o verdadeiro caráter brasileiro. Com suas mazelas e virtudes, nossa cidade é resultante de trabalho de homens e mulheres que vieram de todos os pontos do território nacional.

Os habitantes da Brasília real, muito diferentes da Brasília oficial, feita de palácios e gabinetes, de espaços vazios e mordomias, são brasileiros que sofrem, vivem, torcem, participam ativamente da vida do País.

A fantasiosa imagem do isolamento imposto por Brasília aos governantes foi forjada nos idos de 1957, quando, pela determinação de um visionário como JK, começaram a brotar nesses ermos os primeiros edifícios da “Capital da Esperança”. Hoje, aquela imagem não guarda qualquer relação com a cidade moderna e pujante, que tem sido palco de memoráveis manifestações públicas e de históricos momentos.

Brasília é contemporânea do Brasil moderno. Simultaneamente à sua construção, o País se industrializou, plantou as bases de uma economia moderna e diversificada, urbanizou-se, conquistou o interior de seu território, impulsionou o desenvolvimento de regiões até então inóspitas e que hoje ostentam elevados padrões de qualidade de vida.

Acima de tudo, Brasília consolidou a consciência da nacionalidade e ajudou a mantê-la íntegra, ao jogar no cesto de lixo da História rivalidades entre cidades e estados, que hoje subsistem apenas como motivo de galhofa. Afinal, a Capital brasileira não é carioca, não é paulista, não é baiana, nem gaúcha – é de todos os brasileiros, tenham ou não preconceito contra ela, sem contestações.

Fátima Có é secretária adjunta de Infra-Estrutura e Obras do Distrito Federal

ENGENHARIA

Na área de engenharia de automação, há boas chances de se conquistar emprego ou mesmo montar o próprio negócio, em diversas partes do País. Campo de trabalho existe onde há grandes pólos industriais, como lembra o diretor de tecnologia de manufatura da Associação

Brasileira de Engenharia Automotiva, Carlos Alberto Salin. Assim, conforme ele, as maiores oportunidades estão centralizadas na Região Sudeste, em especial em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A maior demanda é nessas localidades, segundo atesta o professor Álvaro Camargo Prado, coordenador do curso de Pós-graduação de Automação Industrial do Centro Universitário da FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), em diversos setores. “No Grande ABC (Região Metropolitana de São Paulo), por exemplo, os empregos se concentram nas indústrias química e automobilística”, constata. No Estado, há outros pólos de desenvolvimento. De acordo com Prado, um deles é Campinas, em informática, robótica e eletrônica.

Com a evolução dos processos produtivos e automação nos últimos dez anos, ele ressalta que esse mercado se ampliou significativamente. Hoje, observa, há empresas que não contratam mais engenheiros sem formação ou conhecimentos na área. E outros campos despontam a esses, como os de automação predial – cuja possibilidade de emprego é “em escritórios de projetos” – e hospitalar, embora “a demanda ainda seja pequena”. Também pode se conquistar vagas em médias empresas de desenvolvimento tecnológico ou mesmo se aventurar como empreendedor. Nesse caso, o engenheiro “poderia se especializar em um equipamento ou software e trabalhar como desenvolvedor de aplicação, por exemplo, na área de instrumentação industrial”. Segundo Prado, o setor petroquímico também absorve tal mão-de-obra.

Para atender a essa demanda, o Cefet-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais) instituiu na sua unidade em Leopoldina, sudeste do Estado, o curso de Engenharia de Controle e Automação. Pioneiro na Zona da Mata mineira, terá início em agosto. “A região agrega localidades que possuem grandes parques industriais com carência desses profissionais”, considera Edson Maciel Peixoto, diretor da unidade. Conforme ele, ao engenheiro a ser formado pelo Cefet-MG, as possibilidades se situam nos setores industrial em geral, automobilístico, siderúrgico, de mecânica fina, produção de sistemas de controle e automação e de desenvolvimento de softwares industriais.

Diversidade

No Sul do País, as oportunidades são bastante variadas, conforme o professor Augusto Humberto Bruciapaglia, do Departamento de Controle e Automação da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). “O setor que mais emprega é o de serviços, acompanhando a tendência de terceirização das atividades de automação. Assim, pequenas e médias empresas de base tecnológica, amparadas por incubadoras que têm se desenvolvido rapidamente nos estados da região nos últimos anos, são as que mais oferecem oportunidades aos egressos do curso”, informa. Ainda segundo ele, também grandes empresas como Embraer, Petrobrás, Renault, WEG, Multibras, Embraco, Altus, Siemens oferecem excelentes chances.

Para promover a integração dos seus alunos ao mercado de trabalho, a UFSC criou mecanismos diversos. Nessa linha, instituiu há nove anos, em caráter pioneiro, empresa júnior de automação no País. Denominada Autojun, é tocada por estudantes, mas tem um conselho formado por professores, explica Leonardo Ferronato, aluno do 7º estágio do curso de

Engenharia de Controle e Automação da universidade e um dos seus membros. “Trabalhamos com desenvolvimento de tecnologia e gerenciamos projetos.” Seus principais clientes, de acordo com ele, são micro e pequenos empresários. O objetivo de Ferronato é especializar-se em automação rural. “Há carência nesse mercado”, observa. Também estudante do 7º semestre nesse curso e presidente do Centro Acadêmico de Controle e Automação da UFSC, Antonio Boaventura Neto visa montar seu próprio negócio na área e não acredita que terá dificuldades. Ele é um dos organizadores do 5º Encontro Nacional de Estudantes de Controle e Automação, que acontecerá em outubro, na universidade, e deverá trazer empresas para aproximá-las dos alunos. O evento é promovido pelo Centro Acadêmico em parceria com a Autojun.

É possível ainda encontrar trabalho na Região Norte, especificamente em Manaus. “A automação nesse pólo tem passado por um processo de modernização grande. As oportunidades aumentam devido ao forte crescimento industrial”, enfatiza Cícero Ferreira Fernandes Costa Filho, professor do Departamento de Eletrônica e Telecomunicações da Faculdade de Tecnologia da Ufam (Universidade Federal do Amazonas). Na sua ótica, há possibilidades em desenvolvimento de testes industriais e sistemas para acompanhamento online da produção, além de trabalho em inspeção visual por imagens. Em Manaus, há ainda espaço ao engenheiro de automação nos institutos de pesquisa. E em robótica, como atesta o consultor na área e também professor da Ufam, Katsuhito Takita. “Faltam profissionais ao desenvolvimento de robôs e sua integração às linhas de produção.”

Embora em menor número, Brasília também oferece oportunidades ao profissional com essa formação. Ali, “há muitas pequenas empresas de desenvolvimento tecnológico e algumas médias indústrias”, avalia Geovany Araújo Borges, professor-doutor adjunto do Departamento de Engenharia Elétrica da UnB (Universidade de Brasília). E mesmo no Nordeste o engenheiro de automação pode ter seu lugar ao sol, principalmente em empresas do setor energético como Petrobrás. Além disso, Salin observa que a Bahia começa a despontar como um pólo industrial. Sem dúvida, um mercado de trabalho que se abre aos profissionais da região.

SINDICAL

A FNE tem desempenhado relevante papel na organização da 2ª Conferência Nacional das Cidades, que acontecerá nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro próximos. Participa da Comissão Preparatória Nacional ao evento, grupo que definiu o regimento, além de diversos outros documentos e minutas que devem nortear a efetivação da segunda edição e facilitar o trabalho dos estados e municípios.

Além de atuar em tal comissão, a federação, através de seu presidente, Murilo Celso de Campos Pinheiro, vem orientando os Senges a ela filiados a integrarem ativamente esse processo. Convocado pelo Ministério das Cidades, tal discutirá questões relacionadas aos municípios, tanto na área urbana quanto rural. Conforme lembrou Laerte Conceição Mathias de Oliveira, conselheiro nacional das cidades representante da FNE, a participação dessas entidades é importante porque os engenheiros interagem em todos os aspectos relativos às cidades. Portanto, devem ter voz para discutir tais questões e o espaço para tanto é o Conselho Nacional das Cidades. Seus novos membros deverão ser eleitos durante a Conferência e quanto maior a representação dos engenheiros, maior a chance de se garantir vaga nesse fórum.

Sob o tema “Construindo a política nacional de desenvolvimento urbano” e o lema “Reforma urbana: cidade para todos”, a 2ª Conferência Nacional das Cidades é precedida de eventos semelhantes em níveis municipais e estaduais. Nesses, devem se propor diretrizes para a política nacional de desenvolvimento urbano, em especial sobre temas como participação e controle social, questão federativa, políticas urbanas e financiamento dessas, entre outros. Além disso, serão eleitos os delegados que representarão os diversos grupos, aí incluídos movimentos sociais e entidades sindicais. Na 1ª Conferência Nacional das Cidades, em 2003, a FNE compareceu com 12 e garantiu uma vaga como suplente no Conselho e atuação como titular no comitê técnico de transporte, trânsito e mobilidade desse. Há também os de habitação, saneamento ambiental e planejamento urbano. Nesses, são discutidas as políticas para os diversos segmentos.

A federação integra ainda o Núcleo Executivo Nacional da Campanha “Plano Diretor Participativo – Cidade de Todos”. Essa foi lançada pelo Ministério das Cidades em 17 de maio e busca sensibilizar a população para a importância de ser protagonista quanto às decisões relativas ao lugar em que vive. Maiores informações sobre o processo de realização das conferências, bem como acerca dessa campanha, no site www.cidades.gov.br.

Alternativas à reestruturação da RFFSA

Após a derrubada no Congresso das Medidas Provisórias 245 e 246, que dispunham sobre a extinção da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.), o Governo editou em junho o Decreto 5.476, que mantém essa possibilidade. Com o objetivo de impedir que se concretize nova tentativa de liquidação, associações e sindicatos do setor pretendem demonstrar que a empresa, com patrimônio avaliado em R\$ 26 bilhões, é rentável e, segundo Clarice Soraggi, diretora da FNE e presidente da Faef (Federação das Associações de Engenheiros Ferroviários), não pode continuar nesse processo, iniciado em 1999. A luta contra a extinção da rede abrange, assim, a criação de grupo de trabalho ligado à Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, cujo objetivo é subsidiar tecnicamente o Governo e acompanhar a questão.

Além disso, as entidades apresentam alternativas à reestruturação da empresa como contraponto à liquidação. Entre elas, sua revitalização ou a criação de uma autarquia que incorporaria seu patrimônio e funcionários e ficaria responsável pelo seu gerenciamento. Para a instituição dessa última, seria necessária a aprovação de lei pelo Congresso Nacional. Em

reunião com as entidades do setor, no final de junho, o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, comprometeu-se a levar as propostas da categoria ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Caso se consolide a extinção da RFFSA, os prejuízos serão inúmeros. Prova disso é que, mesmo com vida efêmera, as MPs fizeram estrago, como mostra estudo das entidades. De acordo com ele, ao ser publicadas, as medidas provisórias possibilitaram que ocorressem furtos e depredações, pois comentava-se que a rede tinha sido extinta e o patrimônio não tinha dono. Houve, também, demissão significativa de funcionários e dispensa de todos os estagiários. O quadro foi reduzido em 25%, tendo sido desligados 150 trabalhadores.

O que acontece nos Estados

TO

Secretário estadual recebe diretores do Seageto

João Alberto Rodrigues Aragão e Luiz Fernando Machado, respectivamente presidente e vice-presidente do Senge Tocantins, reuniram-se em 26 de julho com Eugênio Pacceli de Freitas Coelho, secretário Estadual da Administração, para tratar das reivindicações da categoria ao Estado. Destacam-se, entre elas, reajuste, data-base anual para negociação salarial e concurso público, com o objetivo de extinguir cargos comissionados. Essa pauta foi elaborada pelo sindicato em conjunto com engenheiros, agrônomos, arquitetos e técnicos de nível médio. O secretário revelou que o Governo solicitou um levantamento da situação dos servidores para apresentar uma proposta definitiva, o que deve ocorrer em nova reunião no dia 4 de agosto. “Queremos essas melhorias incorporadas ao PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salário)”, defende Aragão.

MA

Setor elétrico precisa cumprir a CLT

Segundo denúncias de engenheiros eletricitas, as administrações municipais estão contratando pessoas não-habilitadas para executar atividades antes realizadas pela Cemar (Companhia Energética do Maranhão), o que coloca em risco a vida dos profissionais contratados e traz perigo às comunidades. O presidente do Senge nesse Estado, Sebastião Djalma Gomes, enviou ofício à Famen (Federação dos Municípios Maranhenses) exigindo que oriente suas filiadas a cumprirem a legislação pertinente ao setor elétrico. Ele explica que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), nos artigos 180 e 181, determina que “somente profissional habilitado poderá realizar, operar, inspecionar ou reparar instalações elétricas” e “os que trabalham em serviços ou instalações elétricas devem estar familiarizados com os métodos de socorro a acidentados por choque”. Para Gomes, a figura do engenheiro eletricitista é obrigatória, mas “depois que as prefeituras receberam a responsabilidade por tais atividades, a lei está sendo descumprida”. A direção do Senge aguarda uma posição da Famen.

PA

Firmado acordo na Cosanpa

Até 5 de agosto seria assinado um acordo coletivo considerado histórico à categoria. Isso porque foi a primeira vez que a Cosanpa (Companhia de Saneamento do Pará) aceitou a aplicação integral do ICV do Dieese na correção dos salários. Eles tiveram 8,38% de reposição das perdas e do valor do vale-refeição, beneficiando dezenas de engenheiros. O sindicato conseguiu ainda formalizar junto à empresa uma ampla revisão dos planos de cargos e salários. A Cosanpa comprometeu-se a incrementar os incentivos financeiros à aposentadoria e aos planos de saúde e diminuir a jornada de trabalho aos engenheiros que estejam cursando mestrado ou doutorado.

AL

Reajuste de 10% na Comarhp

O Senge Alagoas fechou acordo coletivo de trabalho 2004/2005 com a Comarhp (Companhia Municipal de Recursos Humanos e Patrimônio), o que garantiu aos 38 engenheiros, agrônomos e arquitetos reajuste de 10%, retroativo a 1º de maio. Além disso, os profissionais com mais de 26 anos de tempo de serviço na companhia tiveram um aumento, em média, de mais 12% nos salários, devido à aprovação da mudança da tabela progressiva e qualificação, informou José Ailton Ferreira Pacheco, presidente do sindicato.

CE

Concurso escolhe logomarca do Senge

O IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil-Seção Ceará) organizou um concurso para alteração da logomarca do Senge Ceará, “dentro do espírito de união entre sindicato e trabalhadores”, explicou Francisco Regis Carneiro de Andrade, presidente do sindicato. O vencedor foi o arquiteto Gustavo Costa, que recebeu o prêmio simbólico de R\$ 1.000,00. Costa disse que procurou transmitir união, associação, parceria e solidez. “A idéia de uma aliança pareceu-me a mais adequada para expressá-las.” Participaram do evento toda a diretoria do sindicato, o deputado José Maria Pimenta (PSDB-CE), representando a Assembléia Legislativa do Estado, Otacílio Borges Filho e Antonio Martins da Rocha Júnior, respectivamente presidentes do Crea-CE e do IAB no Estado, entre outras autoridades.

SC

Sindicato comemora 34 anos com jantar

No dia 22 de julho, foram celebrados os 34 anos do Senge Santa Catarina com um jantar que reuniu seus fundadores e convidados especiais na Associação Catarinense dos Engenheiros,

onde tudo começou no dia 21 de julho de 1971, data da fundação da entidade. Segundo Carlos Bastos Abraham, presidente do sindicato e diretor Regional Sul da FNE, desde que foi criada, a entidade cresceu, fortaleceu-se e garantiu conquistas e benefícios em prol dos engenheiros e arquitetos catarinenses, em particular aos seus associados. Hoje, com 5 mil filiados, tem a missão não apenas de defender a categoria como também de dar uma resposta à sociedade. “As transformações públicas, sociais e econômicas em que vivemos nos forçam a mudar nossa postura. Não podemos nos esquecer da nossa tarefa básica de defesa do profissional, mas não podemos nos alienar ao corporativismo puro e simples. Temos que inovar, ser mais arrojados, ser um sindicato empreendedor”, declarou Bastos.

SP

Encerrada campanha na Ferroban

Após quase terem de recorrer à greve, devido a impasse nas negociações que se arrastavam há mais de seis meses, os engenheiros da Ferroban finalmente conseguiram encerrar sua campanha salarial. Em assembleias realizadas nos dias 27 e 28 de julho, eles aprovaram a proposta da empresa, que ofereceu 6,13% de reajuste, retroativo a janeiro de 2005, com o pagamento dos atrasados em duas parcelas, além de renovação das demais cláusulas do acordo coletivo de 2004. Aprovado por ampla maioria, também foi votado um manifesto de indignação contra o tratamento discriminatório destinado ao SEESP pela empresa, que favoreceu outras entidades.

Risco de greve na Cteep e Cesp

Estavam previstas paralisações de advertência na Cteep no dia 1º de agosto. Isso porque a companhia interrompeu as negociações com os sindicatos. O plano unificado de ação visa pressionar a companhia e a Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento de São Paulo. Nesse dia, assembleias deliberarão sobre a greve por tempo indeterminado, a partir do dia 8. Na mesma data, os engenheiros da Cesp poderão cruzar os braços. A decisão seria tomada em assembleia no dia 3.

ECONOMIA

A proposta apresentada pelo deputado Delfim Netto (PP-SP), que implica redução de gastos públicos e de vinculações orçamentárias e exige emenda constitucional para ser implementada, não é garantia de redução de juros e crescimento econômico, como apregoam seus defensores. Pelo contrário, pode representar um aprofundamento das desigualdades,

conforme mostra estudo intitulado “Déficit público nominal zero e custos sociais”, elaborado pelo economista Márcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Unicamp (Universidade de Campinas). Entre os que ganham com a iniciativa, estão os “rentistas, credores do Estado e banqueiros”, segundo o economista Carlos Eduardo Carvalho, professor da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), em artigo de sua autoria. No rol dos que perdem, a esmagadora maioria do povo brasileiro. É o que afirma o deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB-MG). “Os que precisam da previdência, saúde e educação são os maiores prejudicados.”

A tese é comprovada pelo estudo de Pochmann: “As medidas tradicionalmente adotadas, como o contingenciamento de recursos, a privatização de estatais, a descentralização de despesas com concentração e desvinculação de receitas na União e o aumento da carga fiscal, tornaram-se limitadas para continuar sustentando o estoque de direitos sobre a riqueza financeirizada. Por conta disso, vem ganhando expressão o aumento da ortodoxia fiscal de procurar zerar o déficit nominal nas contas públicas. Em outras palavras, a busca do equilíbrio fiscal a partir da elevação substancial do superávit primário, de 4,25% para 7,85% do PIB (estimativa de gastos com juros para o ano de 2005).”

Para viabilizar esse aumento, a análise demonstra que “deve haver ampla contenção do gasto público operacional estimada em R\$ 57,6 bilhões (valores de 2004)”. E complementa: “Dessa forma, o superávit primário poderia ser suficiente para financiar a totalidade da despesa com os juros do endividamento público.” Por outro lado, “destaca-se a exigência de duplicação da DRU (Desvinculação da Receita da União) de 20% para 40%, como parte integrante da proposta de déficit nominal zero, acrescida de expressivo corte nas despesas de pessoal e demais contas públicas operacionais. Por conta disso, a adoção da medida de elevação brutal do superávit primário tem implicações sociais inquestionáveis e que precisam ser consideradas numa decente avaliação governamental”. Esse custo, segundo o estudo, “deverá ser socializado de forma perversa para 21 milhões de beneficiários do sistema previdenciário e assistencial, bem como para 140 milhões de usuários do sistema público de saúde (SUS) e a totalidade dos funcionários públicos federais (1,8 milhão de pessoas), entre outras áreas governamentais”. Como conseqüências, de acordo com a afirmação de Pochmann em entrevista à Agência Brasil, 1,2 milhão de pessoas deixariam de ter acesso ao seguro-desemprego e 1,1 milhão de portadores do HIV ficariam sem tratamento. E o orçamento para a educação seria reduzido em 20%.

Mantendo o status quo

Aparentemente, a avaliação governamental foi feita para manter as coisas como estão. Caso contrário, a equipe econômica não teria se mostrado simpática à proposta e mesmo elaborado PEC (Proposta de Emenda Constitucional) nela fundamentada. Apresentada em jantar promovido por Delfim Netto no início de julho, que reuniu empresários e políticos, essa não inclui a meta de zerar o déficit nominal zero, mas deverá englobar, segundo noticiado pelo jornal Valor Econômico, em 7 de julho, o congelamento, por sete a oito anos, dos gastos de custeio do Governo, bem como com pagamento de pessoal e encargos nos três poderes. Paralelamente, incorpora a idéia do deputado do PP de se fazer um “choque de gestão” no

setor público, a se iniciar pela Previdência Social e Saúde. Para Miranda – que esteve presente ao jantar e foi, juntamente com o senador Aloísio Mercadante, voz dissonante ao coro em prol da proposta –, as medidas para se alcançar o déficit nominal zero são “de uma crueldade incrível, porque dão a entender que a crise fiscal do Estado está concentrada nos gastos sociais, o que não é verdade”. Conforme ele, o que mais cresce no Governo são as despesas com juros, a que se destinarão este ano R\$ 150 bilhões. Já a programas como Fome Zero e Bolsa Família, ainda de acordo com o parlamentar, serão R\$ 6 bilhões.

O que está por trás dessa proposta de déficit nominal zero, que se apresenta sob o manto de alternativa para mudar a política econômica? Quem responde é Carvalho, em seu artigo: “Trata-se de estabelecer uma camisa-de-força: garantir, em preceito de natureza constitucional, que o pagamento dos juros da dívida pública terá precedência absoluta sobre todos os demais compromissos do Estado brasileiro.” Para ele, o argumento de que se conseguiria reduzir as taxas de juros não passa de uma promessa. “Não há nenhuma exigência, compromisso prévio ou prazo”, destaca, no mesmo texto. Miranda alerta: caso seja levada adiante, a proposta pode levar a uma revolta popular. “Na Argentina, o Governo De la Rúa, para garantir credibilidade, fez votar no Congresso um projeto de lei garantindo déficit zero. Foi o seu fim.”

Uma saída à crise atual, na concepção do professor da PUC-SP, seria discutir a proposta de Delfim Netto com algumas exigências mínimas. Entre elas, a de que 75% do corte de gastos seja feito na conta de juros e que o Executivo fique obrigado a executar o orçamento anual. Para Miranda, a solução passa pela definição de uma política centrada no crescimento da economia. “Temos que mudar essa questão das metas de inflação, fazer controle de fluxo de capitais, reduzir juros”, conclui.

ENTREVISTA

O artigo 7º da Constituição Federal é o alvo no qual miram os que sonham com o fim dos inúmeros direitos consagrados na Carta Magna e propõem a reforma trabalhista. No entanto, mesmo sem atingir esse objetivo, o empresariado vem, desde 1995, conquistando diversas mudanças em leis ordinárias, com destaque para a flexibilização da jornada e o fim da política salarial. Para Antonia Mara Vieira Loguercio, juíza do Trabalho no Rio Grande do Sul e diretora da ONG Opinio Iuris, o movimento sindical deve estar alerta e impedir ataques mais drásticos. Em entrevista ao Engenheiro, ela indicou os dois pontos que considera prioritários: retomar a adesão à Convenção 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que limita a demissão imotivada, e impedir terminantemente que prevaleça o negociado sobre o legislado.

Como se deu a precarização do trabalho que o movimento sindical vem há uma década denunciando?

Um dos aspectos mais graves do neoliberalismo, aplicado quase que na sua totalidade durante o Governo Fernando Henrique, foi exatamente a precarização do trabalho. Isso tem relação ainda que indireta, por exemplo, com as privatizações. Por um lado, muita gente perdeu o emprego. Além disso, elas foram feitas não só de forma fraudulenta, mas de maneira danosa ao País, que foi afetado economicamente. A Cia. Vale do Rio Doce, por exemplo, tinha 300 anos de ouro, 350 de cobre e 450 de ferro. Isso tudo foi vendido por um preço que, um ano depois, quase equivalia-se aos capitais que deixaram o Brasil em duas semanas de turbulência na Bolsa de Valores de São Paulo. Com isso, já houve uma enorme precarização, que é o ilícito trabalhista, porque as empresas nacionais tiveram dificuldades e os trabalhadores tornaram-se reféns do desemprego.

Houve também retirada de direitos por meio de mudanças na lei, não?

Sem dúvida, só os funcionários públicos perderam cerca de 74 direitos retirados pelo Fernando Henrique. No que diz respeito à iniciativa privada, houve duas principais mexidas no artigo 7º da Constituição. Uma foi o salário-família, que ficou restrito a quem ganha até dois salários mínimos. A outra foi a prescrição para reclamação trabalhista rural, limitada aos últimos cinco anos, como os demais trabalhadores, desprezando as maiores dificuldades que existem no campo. E há o que foi flexibilizado já desde a Constituinte, porque a jornada ficou limitada a 44 horas, salvo negociação coletiva. O mesmo ocorreu com a irredutibilidade do salário. Isso é uma tragédia, porque as negociações coletivas só pioram. Depois disso, a jornada perdeu sentido com a admissão do banco de horas, que nunca é compensado. E há ainda diversas mudanças feitas por lei ordinária. Uma diz respeito às cooperativas, chamadas fraudoperativas, que funcionam como fachadas para as pessoas trabalharem sem direitos. Houve ainda o fim da política salarial, que limitou em muito os ganhos dos trabalhadores, porque até então os sindicatos reivindicavam a partir da recomposição salarial.

E quanto à Convenção 158 da OIT?

Esse talvez seja o mais grave. Por decreto e inconstitucionalmente, porque revogou uma decisão do Congresso, FHC fez a denúncia da Convenção 158, que impede a dispensa imotivada. Sem isso, é piada de mau gosto falar em reforma sindical baseada em representatividade, porque a pessoa corre o risco de ser demitida quando se sindicaliza. E não adianta dizer que isso será considerado ato anti-sindical. Se o patrão não precisa justificar porque põe na rua, é inócuo. Estão querendo dar à negociação coletiva o peso que ela tem na Europa, sem levar em consideração que lá há a Convenção 158 em toda parte.

Mas o patronato ainda não está contente e sonha com a reforma para se livrar de obrigações trabalhistas, inclusive direitos como licença-maternidade e férias. Corre-se esse risco?

Eu acredito que o patronato não conseguiria retirar direitos como esses, que existem no mundo inteiro. Fala-se em diminuir o custo do trabalho para que o País possa concorrer com a China, por exemplo. E o que se tem lá? Jornada de trabalho de oito horas, hora extra de 100% na semana, 200% no domingo e 300% no feriado. A idade mínima para trabalhar é 16 anos, o salário mínimo é maior que aqui, há férias de 30 dias e vários feriados, inclusive prolongados. Nessa discussão, o que não se pode permitir em hipótese alguma no Brasil é que prevaleça o negociado sobre o legislado. Porque os sindicatos não têm minimamente condições de negociar. Esse processo deve ser estimulado, mas a partir da lei, para melhorar.

Esse discurso sobre garantir a competitividade das empresas tornou-se lugar comum. Mas o direito do trabalho tem alguma obrigação com a eficiência econômica?

Isso é de um cinismo tão grande... Dizem: "O direito do trabalho não pode proteger uma das partes." Ora, todo direito é protetivo e, neste caso, o sujeito do direito é o trabalhador; o empregador é o devedor. Eu costumo dizer que não me lembro de ter feito concurso para juíza do capital. Não se pode deixar essa relação sem controle, porque os abusos ocorrem. Várias empresas que utilizam o ponto eletrônico alteram o software do cartão para não registrar horas extras. Quem mais faz isso são os bancos, que têm lucros enormes. Já me disseram que em São Paulo pouca gente quita os 40% de multa do FGTS. Comparecem à homologação, pagam na presença do sindicato e na saída dão um pau federal na pessoa e tomam de volta. A gente sabe que isso está acontecendo com frequência, apenas não se tem provas. Se as empresas são capazes de praticar o tipo de sonegação que fazia a Daslu, por exemplo, imagine o que fazem com o trabalhador.

C&T

Apesar de responder por apenas 1,4% da produção científica mundial, de acordo com a classificação do ISI (Institute for Scientific Information), o Brasil tem motivos para comemorar. O principal deles talvez seja o fato de as pesquisas em ciência e tecnologia não mais se restringirem a estreitas faixas geográficas entre o Sul e o Sudeste do País. A disseminação do conhecimento vem contribuindo para fomentar a descoberta de novos talentos e técnicas com forte impacto nas economias locais e nacional.

Uma ação nesse sentido é a iniciativa da Fapema (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão), que lança a primeira premiação da história científica local destinada a contemplar seus pesquisadores e formadores de opinião: I Prêmio Fapema Jovem Cientista Maranhense, para estudantes ou pesquisadores com até 30 anos; I Prêmio Fapema de Pesquisa e Produção Científica do Maranhão, para profissionais; e I Prêmio Fapema de Jornalismo Científico do Maranhão, aos propagadores das

realizações da comunidade científica local, nas modalidades mídia impressa, para texto ou foto, e eletrônica, para televisão e rádio.

“O Maranhão nunca teve uma premiação para pesquisadores, acreditamos que isso é fundamental para incentivar a juventude e os profissionais a desenvolverem pesquisas em benefício do Estado”, diz Sofiane Labidi, o presidente da instituição. Para ele, a iniciativa vai despertar nos jovens maranhenses o interesse pela ciência e o ingresso em vários de seus campos, pois “eles precisam de exemplos em que possam se espelhar”.

Outro objetivo da premiação, que será realizada anualmente, é “mostrar à comunidade científica nacional que o Maranhão também possui pesquisas de qualidade”, menciona Labidi. Por isso, a Fapema também agradecerá os jornalistas científicos engajados com a difusão das temáticas de interesse da região.

Tema livre

Ele ressalta também que a oportunidade está aberta a estudantes, pesquisadores e jornalistas de todo o Brasil, desde que os trabalhos inscritos sejam afins à realidade maranhense. Nesta primeira edição, não há segmentação ou especificidade de temas propostos pela organização. Porém, só serão inscritos os trabalhos já concluídos. Labidi justifica que “há muitas áreas de interesse no Estado, mas qualquer pesquisa de qualidade, que tenha impacto positivo sobre a sociedade, pode participar”. Segundo ele, “consciente de que o Maranhão é um estado que ainda apresenta um dos piores IDHs (Índices de Desenvolvimento Humano) do Brasil, a Fapema não quis ser restritiva, mas a partir da segunda edição poderemos pensar em eleger temas específicos”.

Os dados obtidos através das inscrições também servirão para que a fundação possa mensurar o universo de profissionais da ciência e tecnologia na região, uma vez que não existem ainda números a respeito.

O prazo final para a entrega de toda a documentação – que inclui um resumo expandido dos trabalhos e, obrigatoriamente, a bibliografia envolvida – é dia 26 de agosto de 2005. Os resultados serão apresentados em 30 de setembro e os prêmios serão entregues em cerimônia no mês de outubro próximo.

A própria Fapema será responsável pela seleção dos premiados. O orientador do jovem cientista e a instituição de ensino e pesquisa à qual está vinculado também serão contemplados.

Para saber mais:

Informações pelo e-mail: fomento@fapema.br, telefone:

(98) 3235-1458, ramal 2053, ou no site www.fapema.br/jovem_cientista

Endereço para correspondência:

Rua 03, nº 390, São Francisco

CEP 65076-360 – São Luís – MA

Conheça as bonificações

I Prêmio Fapema Jovem Cientista Maranhense

1º lugar – Computador Pentium IV, com placa de vídeo, monitor, DVD Player, gravador de CD e impressora jato de tinta

2º lugar – Passagem aérea e hospedagem para participar da reunião regional anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)

3º lugar – R\$ 500,00 em livros a serem escolhidos pelo classificado

I Prêmio Fapema de Pesquisa e Produção Científica do Maranhão

1º lugar – Auxílio de R\$ 8.000,00 para participar de um congresso internacional em sua área de pesquisa

2º lugar – Laptop no valor de R\$ 5.000,00

3º lugar – R\$ 2.000,00 em livros a serem escolhidos pelo classificado

I Prêmio Fapema de Jornalismo Científico do Maranhão

1º lugar – Laptop no valor de R\$ 5.000,00 e uma bolsa de estudos em nível de pós-graduação

2º lugar – Câmera digital

3º lugar – Gravador digital